

## APRESENTAÇÃO

A **SOMANLU, Revista de Estudos Amazônicos** do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), consagra esse número ao *III Encontro Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS*, que abordou o tema *Amazônia e sociologia: fronteiras do século XXI*.

O III Encontro da SBS Norte realizou-se de 26 a 28 de setembro de 2012, em Manaus, no campus da Universidade Federal do Amazonas, tendo reunido estudantes e docentes da graduação e da pós-graduação e profissionais da área da sociologia, de instituições públicas e privadas, com o objetivo de promover o intercâmbio entre os pesquisadores brasileiros, destacando a importância da troca de idéias e do encontro do conhecimento sociológico produzido na Amazônia e nas diversas regiões brasileiras.

O III Encontro Norte integra a programação acadêmico-científica da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS que, ao realizá-lo contribuiu decisivamente para o esforço de fortalecimento e consolidação do processo de expansão e institucionalização da sociologia na Região Norte intensificado em anos recentes com a criação, em geral pelas Instituições Federais de Ensino (IFES), de cursos de graduação em ciências sociais e, mais especificamente, de programas de pós-graduação em sociologia.

Se os temas dos I e II Encontros Norte procuraram colocar em evidência a urgência de novas abordagens teórico-metodológicas na análise e compreensão das sociedades amazônicas no século XXI, o III Encontro propôs dar continuidade à equalização da produção sociológica do Brasil com a produção sociológica da Região Norte, visando fortalecer os vínculos da SBS com as Universidades amazônicas, dar visibilidade ao conhecimento acumulado pelos pesquisadores do norte brasileiro sobre os processos em curso na Amazônia contemporânea, estimular o intercâmbio entre pesquisadores e discentes dos distintos Cursos e Programas de Pós-Graduação em Sociologia/Ciências Sociais situados nesta região e nos demais estados do Brasil, assim como o intercâmbio da produção acadêmico-científica e o desenvolvimento de estudos comparados (ANAIS, 2012).



O Evento contou em estrutura com quatro mesas-redondas: MR1 – Sociedade e ambiente: redes de sociabilidade e relações com a natureza no Norte e Sudeste do Brasil, MR2 – Desenvolvimento, trabalho e indústria na Amazônia, MR3 – Políticas e práticas de saúde na Amazônia, MR4 – Desafios e dificuldades da pesquisa sociológica sobre violência e MR5 – Sociedades na Amazônia e Alternativas ao desenvolvimento. Três sessões especiais (SE) compuseram igualmente o III Encontro: SE1 – Processos de territorialização e identidades sociais: partilhando as contribuições de um projeto no âmbito do Programa PROCAD, SE2 – Formação de Professores de Sociologia para a Educação Básica: experiências de criação de metodologias e conteúdos nos PIBIDS, e SE3 – O campo profissional do sociólogo na Amazônia: construindo cenários. Quatro Minicursos (MC) animaram o Evento: MC 01 – Política de Estado de CT & I, desenvolvimento sustentável, século XXI e Amazônia: fundamentos, propostas e compromissos, MC 02 – Fundamentos básicos de estatística aplicada às Ciências Sociais, MC 03 – Desenvolvimento, trabalho e gestão territorial na Amazônia Oriental, e MC 04 – Modelos reconstrutivos da teoria crítica (ministrado por Davyd Spencer Ribeiro de Souza/UFAM). Dezoito GTS compuseram o III Encontro da SBS/Norte: GT01 – Amazônia e teoria crítica: ideias em constelação; GT02 – Amazônia e desenvolvimento no século XXI; GT03 – Agricultura familiar na Amazônia: desafios e perspectivas; GT04: Africanidades e negros na sociedade amazônica; GT05 – Cidade, gênero e sexualidade: sociabilidades e práticas dissidentes na metrópole; GT06 – Democracia, violência e conflitos sociais; GT07 – Fronteiras nas Amazônias: processos sociais, simbólicos e de integração sul-americana; GT08 – Governança e políticas de desenvolvimento territorial na Amazônia; GT09 – Identidades, transformações sociais e processos de desenvolvimento em fronteiras na Amazônia sul-americana; GT10 – Mercados interculturais na Amazônia: práticas, linguagens e identidades em contexto de diversidade; GT11 – Mobilidades e fronteiras: migrações, clandestinidade e identidades; GT12 – Ruralidades e novas territorialidades; GT13: Sociedade e ambiente: redes de sociabilidade e relações com a natureza no norte e sudeste do Brasil; GT14 – Sociologia da arte e da cultura; GT15 – Sociologia das crenças religiosas; GT16 – Território, fronteira, identidades sociais: os horizontes e os desafios da justiça ambiental; GT17 – Racionalidades alternativas de organização do trabalho; finalmente, GT18 – Povos da floresta: mundo do trabalho, (des)



igualdades e conflitos socioambientais.

Dos dezoito GTS constituídos para o Evento, e os respectivos trabalhos neles apresentados, a **SOMANLU** escolheu doze artigos para compor essa edição. A escolha dos textos deu-se em razão de sua densidade teórica e empírica e da predominância de certos temas que acabou por indicar sua relevância socioantropológica e política para compreender fenômenos contemporâneos que estruturam a vida social na Amazônia. Temos plena consciência das dificuldades que tivemos para escolhê-los – o que implicou em deixar de lado outros textos de qualidades inquestionáveis.

O texto inaugural dessa edição, *Cidades, fronteiras transnacionais e migrações na Pan-Amazônia*, de Edna Castro e Marcel Hazeu, se propõe analisar os processos de mudança que vêm ocorrendo na fronteira do Brasil com a Guiana francesa, precisamente no Oiapoque – um espaço transfronteiriço –, focalizando a compreensão dos sujeitos sociais que migram, não deixando de evidenciar o papel das pequenas cidades na estruturação de regiões distantes que, na atualidade, encontram-se sob o foco de novos interesses econômicos e políticos. O artigo descreve o processo de reorganização do território impulsionado pelas políticas desenvolvimentistas do governo brasileiro e das políticas de ultramar da França, analisando sua influência nos processos migratórios, como parte dos processos de integração da Amazônia ao território nacional e sul-americano, e ao mercado internacional.

Arieche K. Silva Lima, Kristiane Alves Araújo e Francilene dos Santos Rodrigues – autoras de *Migrações contemporâneas: uma análise da produção científica sobre a família no contexto transnacional* –, têm como objetivo elaborar síntese de parte das produções acadêmicas que abordam a temática do deslocamento internacional de populações de países pertencentes à Pan-Amazônia, considerando precipuamente as implicações desse fenômeno nas relações familiares – não deixando de abordar, ainda, as vivências transnacionais e demais estratégias que permeiam os vínculos familiares no decorrer do processo migratório. O texto infere que o deslocamento transnacional, por um lado, acentua algumas experiências familiares e pode aprofundar problemáticas já vivenciadas e, por outro, pode auxiliar na manutenção e reforço dos laços afetivos.

Alessandra Rufino Santos – em *A migração de peruanos para a Amazônia brasileira: uma discussão sobre redes migratórias, fronteiras e identidades* –,





objetiva compreender a presença de peruanos no contexto amazônico brasileiro e, para isso, desenvolve um debate sobre o contexto social do local de origem e suas implicações na prática migratória. A análise proporciona, entre outros aspectos, a reflexão sobre a forma como o Brasil torna-se uma opção de destino no processo migratório de peruanos – dando destaque a discussão acerca da mobilidade humana e suas implicações no espaço fronteiriço amazônico.

A *Migração para Manaus e seus reflexos socioambientais*, elaborado por Aldair Oliveira de Andrade, afirma que mobilidade de populações na região amazônica não é fenômeno recente, mas que assume traços configurativos singulares com a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM) – atualmente Polo Industrial de Manaus (PIM). A pesquisa evidencia transformações sociais e ambientais, com o surgimento de novos bairros, aumento da violência urbana, assoreamento de importantes igarapés, que entrecortavam a cidade e que eram utilizados como ponto de lazer, estrangulamento do sistema de abastecimento de água e energia, expansão significativa da malha viária da cidade e elevada produção de resíduos sólidos.

Nessa altura da exposição, outros temas e/ou assuntos passam a fazer parte dessa edição. Sâmia Feitosa Miguez, Davyd Spencer Ribeiro de Souza, Henrique dos Santos Pereira e Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – em *Movimentos sociais, política e cidadania em perspectiva: aspectos da gestão territorial no Baixo Amazonas* –, por exemplo, deslocam o eixo de gravidade do tema da migração para o dos movimentos sociais, sua relação com a construção da cidadania e sua aplicação em um contexto político específico – o caso o programa Territórios da Cidadania. Analisa a gestão territorial a partir de três perspectivas analíticas: em primeiro lugar, destacam a jornada de construção histórica das pautas de discussão e deliberação dos movimentos sociais na construção de uma suposta agenda de gestão territorial; posteriormente, discutem a interferência política partidária no processo de construção das pautas e metas históricas dos movimentos sociais organizados e, por fim, apontam alguns dos resultados obtidos em torno da construção de uma governança democrática.

*Resistência e mobilizações das comunidades no Pará*: entre novos e velhos discursos sobre modelos de desenvolvimento na Amazônia – escrito por Lindomar de Jesus de Souza Silva, Tâmica N. O. Miranda e Rose Monteiro –, analisa o discurso articulado das novas demandas da sociedade, nessa virada do século 21, e mais propriamente, a influência ideológica que elas exercem



através do discurso da sustentabilidade socioambiental, empregabilidade e inclusão na agricultura familiar. Não deixam de enfatizar as resistências e mobilizações de comunidades e movimentos sociais em contraposição à articulação do capital financeiro expondo, assim, as concepções de modelos de desenvolvimento implementados na Amazônia. Como evidência empírica, tomam três pesquisas realizadas no Pará – o estudo sobre e Juruti no baixo Amazonas, a hidrelétrica de Belo Monte e a pesquisa sobre os impactos do dendê (na forma da monocultura) no nordeste do Pará.

Kércia Priscila Figueiredo Peixoto e Rodrigo Peixoto – no artigo intitulado *Luta territorial dos indígenas da Terra Maró* – analisam, no oeste do Pará, as comunidades se autorreconhecendo como indígenas para conquistar o direito de permanecer no território onde sempre viveram e que defendem ser a Terra Indígena Maró. Vivendo na última área de floresta contínua do Pará, os indígenas sofrem pressão sobre seu território cuja demarcação ocorre num processo de luta social por reconhecimento, exatamente onde o Estado se faz presente favorecendo os interesses do capital, apesar de o Ministério Público Federal já ter publicado o Relatório de Reconhecimento da TI Maró pela FUNAI, aliás, contestado pelo governo – o que revela as contradições inerentes do próprio Estado sobre o tema terra indígena.

*O estudo sobre os Impactos socioambientais no modus vivendi ribeirinho após a implementação da Floresta Estadual de Maués (AM)*, de Talita de Melo Lira e Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, analisam as transformações socioculturais e políticas no modo de vida em comunidades tradicionais ribeirinhas, com a criação da Floresta Estadual de Maués, no município de Maués (AM). Mostram que na contemporaneidade vem crescendo e ganhando centralidade os debates teóricos acerca da questão socioambiental surgindo, assim, a necessidade de refletir sobre o modelo de transformações sociais e técnicas e suas implicações sobre os modos de uso e de apropriação dos recursos naturais.

Geldes de Campos Castro – “*A favor de outro desenvolvimento*”. *O movimento Xingu vivo para sempre, Belo Monte e suas manifestações no World Wide Web* –, busca evidenciar que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi projetada no âmbito da política desenvolvimentista para o Brasil, visando responder às demandas econômicas por energia, tendo em mente a exploração de recursos naturais na Amazônia. As controvérsias do projeto realçam o surgimento do Movimento





Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) como resistência ao empreendimento. Não deixa de analisar como essa visão hegemônica de desenvolvimento, na qual Belo Monte é um caso exemplar, tem sido apreendida pelo MXVPS, e como a crítica a essa visão tem suscitado a proposição de outro modelo de desenvolvimento que postula como adequado às coletividades locais. Discute igualmente como os movimentos sociais contemporâneos têm se utilizado da *internet* (redes sociais, *microblogs*, sites de vídeos etc.) para disseminar ideias e promover suas articulações de resistência e combate político.

Cleonice Oliveira de Andrade e Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt – em *Mulheres da várzea: uma análise da participação das mulheres no processo produtivo na Ilha do Baixo* –, fazem trabalho etnográfico a partir da percepção e participação das mulheres da ilha do Baixo, isto é, de como se dá a sua inserção no processo produtivo local analisando as estratégias dessas mulheres, visando à construção de formas de desenvolvimento mais sustentáveis, a partir das mudanças sociais postas face à implantação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) pelo INCRA.

O artigo *Mulheres indígenas em movimentos sociais: novas práticas e desafios a partir da experiência das mulheres indígenas zapatistas* – de autoria de Priscila da Silva Nascimento e Adam R. Moreira Martins –, trás reflexão no sentido de compreender como as transformações ocorridas na conjuntura dos anos 1990 no México interagiram com as práticas e as experiências das mulheres indígenas do movimento zapatista. A análise busca primeiramente compreender como a vivência sob os códigos culturais de uma das etnias que compõe o movimento, a etnia *tojolabal*, põe desafios para uma organização política das mulheres nas comunidades indígenas e, a seguir, focalizam as motivações e particularidades que tornam o movimento zapatista um espaço procurado pelas indígenas que desejam novas práticas de vida nas relações de gênero.

O texto *Artesanías em palha de tucumã e memória: tecendo territorialidade e relações socioculturais*, de Thais Helena Medeiros, encerra a seção de artigos dessa edição. A Autora elabora reflexões sobre a memória coletiva e a mobilidade territorial das redes socioculturais de artesãs e artesãos de objetos em palha de tucumã, moradores das margens do rio Arapiuns, município de Santarém (PA). A pesquisa de campo foi realizada sob um enfoque das ciências sociais, a partir de uma perspectiva etnográfica, mostrando parte das sociedades amazônicas – artesãs e artesãos da palha de tucumã – geografando



espaços artesanais em suas (re) significações culturais e novas experiências de vida.

A Conferência proferida por Annie Dusset, “*Por que nós trabalhamos?*” *Uma abordagem sociológica da subjetividade no trabalho* de Daniele Linhart, trás um conjunto de reflexões centradas em duas indagações/chaves: Que faz o trabalho aos assalariados? Que fazem os assalariados do trabalho? Ao responder as duas questões – que por si só faz emergir um conjunto de outros temas correlatos –, Annie Dusset o faz do ponto de vista sociológico considerando dimensões ocultas da subjetividade do (s) mundo (s) do trabalho: o comprometimento da subjetividade humana num sistema de emprego construído sobre o gênero; a marca indelével da precariedade dos empregos dos serviços em domicílios; as habilidades do gênero, na maioria das vezes não percebidas, mas essenciais na qualidade de um serviço “personalizado”; a constatação de que grande maioria das mulheres empregadas nos serviços em domicílio completa essencialmente um trabalho não relacionável, mas de “faxina”, e, portanto, de cuidado com os objetos, objetos sujos, objetos imundos; por fim, mas igualmente importante, os laços e sentimentos como reificação do trabalho e da profissionalização do trabalho em domicílio etc.

A **SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos** encerra essa edição prestando homenagem muito merecida a Nunes Pereira – viajante da Amazônia –, trazendo às novas gerações, por meio do resgate histórico feito por Selda Vale da Costa, a reportagem escrita por ele quando visitou Rio Branco, naquele momento, ainda Território. “Eu fui à Serra do Sol”, matéria jornalística escrita no dia 13 de julho de 1947, portanto, há 66 anos, mostra sua força intelectual contemporânea mais do que se imagina, pois o etnocídio e o epistemicídio que se fazia e ainda se faz com os ameríndios da Terra indígena Raposa Serra do Sol, são mais universais do que reflete nossa vã filosofia tupiniquim.

